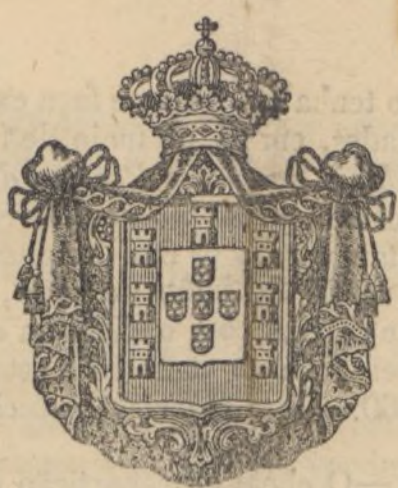


ASSIGNATURAS

Por um anno	104000
Por seis mezes	56000
Por tres mezes	36000
Avulso por folha	4040
Anuncios, por linha	3060

A correspondencia official da capital deve ser dirigida ao escriptorio do DIARIO DE LISBOA, na imprensa nacional, aonde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.



ASSIGNATURAS

Por um anno	124000
Por seis mezes	66000
Por tres mezes	46000
Comunicados e correspondencias, por linha	3060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realisar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importancia das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, Augusta n.º 224 e 226.

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscrever para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

Semestre.....	65600 réis
Trimestre.....	35600

Semestre.....	55600 réis
Trimestre.....	35000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
5.ª Repartição—3.ª Secção

Usando da autorisação conferida ao governo pela lei de 4 de junho de 1859, conformando-me com a consulta da secção administrativa do conselho d'estado, e com o parecer do conselho de ministros: hei por bem fazer mercê a Maria do Rosario Marques Quintans, viuva do official de policia do governo civil do districto de Lisboa, Antonio Firmino Quintans, da pensão annual e vitalicia de 120000 réis, em remuneração dos serviços prestados por seu marido por occasião da epidemia de febre amarella, de que foi victima, e em attenção á falta de meios de subsistencia que lhe resultou do obito de seu marido; devendo, porém, cessar a pensão quando passe a segundas nupcias.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 9 de junho de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

REPARTIÇÃO DE CONTABILIDADE

Para os effeitos de que trata o artigo 2.º da carta de lei de 24 de agosto de 1848, annuncia-se haver requerido por este ministerio Marianna Rosa, viuva de Manuel da Palma, o pagamento do que a este se ficara devendo como professor, que foi, de ensino primario na freguezia do Azinhal, do concelho de Castro Marim.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

Secretaria d'estado—1.ª Repartição

DOM PEDRO, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as cortes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º É o governo autorisado a proceder á cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos, relativos ao anno economico de 1860 a 1861, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, correspondentes ao mesmo anno, segundo o disposto nas cartas de lei de 15 de julho de 1857, e mais disposições legislativas em vigor.

§ unico. Esta autorisação durará até ao fim de julho do corrente anno, se antes não forem votadas pelas cortes as leis de receita e despesa para o referido anno economico.

Art. 2.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem, e façam cumprir e guardar, tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço das Necessidades, aos 28 de junho de 1860.—EL-REI, com rubrica e guarda.—José Maria do Casal Ribeiro.—Logar do sello grande das armas reaes.

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das cortes geraes, de 23 de julho corrente, que manda proceder á cobrança dos impostos e mais rendimentos publicos, relativos ao anno economico de 1860 a 1861, e a applicar o seu producto ás despesas do estado, correspondentes ao mesmo anno, nos termos das cartas de lei de 15 de julho de 1857, e mais disposições legislativas em vigor, durante esta autorisação até ao fim de julho do presente anno, se antes não forem votadas pelas cortes as leis de receita e despesa para o referido anno: manda cumprir e guardar o mesmo decreto, como n'ella se contém, pela forma retró declarada.—Para Vossa Magestade ver.—Ayres Antonio de Salles Ribeiro a fez.

DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE

Repartição central

Usando da autorisação conferida ao governo pelo § 2.º do artigo 2.º da carta de lei de 15 de julho de 1857, e tendo ouvido o conselho d'estado, nos termos do artigo 3.º da referida lei: hei por bem determinar que no ministerio dos negocios da fazenda seja aberto um credito supplementar da quantia de 1:701\$762 réis, correspondente á diferença entre a somma de 5:300\$000 réis votada para restituições de direitos de tonelagem no anno economico de 1857 a 1858, e a de 7:001\$762 réis, em que effectivamente importaram as ditas restituições durante o exercicio do mesmo anno economico.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 28 de junho de 1860.—REI.—José Maria do Casal Ribeiro.

2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haver requerido Jorge Augusto Altavilla, tutor do menor, filho do fallecido Christiano Frederico Altavilla, o pagamento dos vencimentos que a este se ficaram devendo, na qua-

lidade de escrivão de fazenda do concelho de Villa Franca de Xira, a fim de que qualquer pessoa, que se julgar com melhor direito aos ditos vencimentos, ou a parte d'elles, requiera por esta repartição dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

Segunda repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda, 27 de junho de 1860.—Sebastião José Pedrosa.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES
NA POSS. E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,
DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,
COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1759

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL
DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 23 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional
DISTRICTO DE BRAGA
CONCELHO DE AMARES
Inventario n.º 57

27548 Fóro de 37 1/2 réis, nove razas e tres quartas de meado, tres quartas de um alqueire de trigo, seis almedes e tres quartos de vinho, e um carneiro e um oitavo, imposto em metade do casal da Devosa, sita na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta João de Azevedo—350\$065.

27549 Fóro de 18 3/4 réis, nove razas de meado, seis almedes de vinho molle, tres quartos de um carneiro ou 225 réis, e tres quartos de um frangão, imposto no meio casal da Devosa, sita na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Domingos José da Costa—291\$175.

27550 Fóro de cinco razas e uma quarta de meado, dois almedes e cinco oitavos de vinho cozido, sete arrateis e meio de marra, um oitavo de um carneiro, tres quartos de uma gallinha, frangão e meio, e onze copas e um quarto de palha paíça, imposto em meio terço do casal de Cavadusso, sito na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Manuel José Fernandes de Araujo—178\$190.

27551 Fóro de cinco razas e um dezeses avos de meado, dois almedes e cinco oitavos de vinho cozido, sete arrateis e meio de marra, tres quartos de uma gallinha, tres oitavos de um carneiro, e onze copas e um quarto de palha paíça, imposto em meio terço do casal de Cavadusso, sito na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Pedro José de Sousa—175\$235.

27552 Fóro de cinco razas e uma quarta de meado, dois almedes e cinco oitavos de vinho cozido, tres oitavos de um carneiro, uma oitava de uma marra, tres quartos de uma gallinha, e onze copas e um quarto de palha paíça, imposto em meio terço do casal de Cavadusso, sito na freguezia de S. Thiago de Villela: praso em vidas. Emphyteuta Domingos Antunes Pereira—172\$090.

27553 Fóro de 150 réis, sete razas e sete oitavos de meado, quatro alqueires e meio de trigo, duas gallinhas e um quarto, e dois frangãos e um quarto, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de S. Paio de Seramil: praso em vidas. Emphyteuta Francisco da Costa Vieira—196\$035.

27554 Fóro de 412 1/2 réis, sete razas e sete oitavos de meado, tres quartas de um alqueire de trigo, dois almedes e cinco oitavos de vinho molle, duas gallinhas e um quarto, mais tres quartos de uma gallinha ou 75 réis, tres quartos de um frangão, e tres oitavos de uma raza de castanha verde, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Bernardo José Barbosa—207\$435.

27555 Fóro de 22 1/2 réis, quatro razas e uma oitava de meado, tres oitavos de uma raza de trigo, almede e meio de vinho, tres quartos de um quartilho de azeite, gallinha e meia, facha e meia de palha paíça, e mais duas razas e uma quarta de meado, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Bernardo de Almeida—137\$630.

27556 Fóro de 262 1/2 réis, tres alqueires e tres quartas de trigo, uma raza e uma oitava de milho, almede e meio de vinho, tres oitavos de uma raza de castanha verde, e tres quartos de uma gallinha, imposto no terço da Granja de Dornas, sito na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Antonio Fernandes Ventuzello—145\$665.

27557 Fóro de dois alqueires e cinco oitavos de trigo, uma raza e sete oitavos de centeio, uma raza e sete oitavos de milho, um almede e um oitavo de vinho, tres oitavos de um carneiro, gallinha e meia, frangão e meio, e uma duzia e um oitavo de palha paíça, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta João Antunes—155\$900.

27558 Fóro de raza e meio de trigo, quinze dezeses avos de um alqueire de trigo, tres razas e tres oitavos de centeio, tres razas e tres oitavos de milho alvo, tres almedes e tres oitavos de vinho molle, tres dezeses avos de um carneiro, tres quartos de uma duzia de palha paíça, gallinha e meia, e dois frangãos e um quarto, imposto em varias

propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Manuel Esteves—248\$425.

27559 Fóro de 292 1/2 réis, tres quartas de um alqueire de trigo, tres alqueires e tres oitavos de centeio, quatro alqueires e meio de milho alvo, almede e meio de vinho molle, tres quartos de um quartilho de azeite, tres quartos de uma duzia de palha paíça, e dois frangãos e um quarto, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Francisco José de Sousa Alves—170\$905.

27560 Fóro de 375 réis, quinze dezeses avos de um alqueire de trigo, tres alqueires e nove sessenta e quatro avos de centeio, quatro alqueires e dezesete sessenta e quatro avos de milho alvo, dois almedes de vinho molle, um quartilho e um oitavo de azeite, e uma duzia e um oitavo de facha de palha paíça, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteuta Gervazio de Sousa Pereira—187\$720.

Somma R.º..... 2:616\$470

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 11 de junho de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1760

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL
DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO
NO DIA 24 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional
DISTRICTO DE BRAGA
CONCELHO DE AMARES
Inventario n.º 57

27561 Fóro de 202 1/2 réis, imposto em uma casa e monte, sita na freguezia de Santa Martha de Bouro: praso em vidas. Emphyteutas Maria Thereza e outros—460\$050.

27562 Fóro de tres razas e tres dezeses avos de centeio, tres razas e tres quartas de milho, tres oitavos de um alqueire de vinho, duas gallinhas e um quarto, e 337 1/2 réis, imposto em varias propriedades, sitas na freguezia de Santa Martha de Bouro:

Relação n.º 926, com referencia ao districto de Lisboa, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO						OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRAÇADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL	MEUSAL	
11:904	-	Pensões	38	D. Rita Balbina Fortuna	Pens.ª de consideração	65\$700	5\$475	Começa o abono em 8 de maio ultimo.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 20 de junho de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

Relação n.º 28, com referencia ao districto do Funchal, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO						OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DA PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO EM MOEDA MADEIRENSE		
						ANNUAL	MEUSAL	
		11:905	-	Pensões	38	Candida Ludovina Borges.....	Pens.ª de consideração	

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 21 de junho de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS,

COMMERCO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCO E INDUSTRIA

Repartição do commercio e industria

1.ª Secção

Para conhecimento de quem interessar se publica o seguinte

AVISO AOS NAVEGANTES

ATLANTICO, NORTE—COSTA DE HESPAÑA—PHAROL DE LUZ FIXA NA ILHOTA MOURO

Por aviso do ministerio da marinha em Madrid consta, que, desde 15 de fevereiro de 1860 inclusive em diante, seria collocada uma luz no pharol, que acabava de construir-se na ilha Moura, á entrada do porto de Santander, no lado do sul da bahia de Biscaya, costa do norte de Hespanha.

O pharol tem uma luz branca fixa, que illumina um arco de horizonte de 270.º, desde S. O. até O. 4 N.; na parte restante do circulo avistat-se ha uma luz fraca, navegando a mais de 4 1/2 nós (cable's lengths) de distancia do pharol.

A luz está a 141 pés de elevação acima do nivel do preamar, e poderá avistar-se em tempo claro a 12 milhas de distancia.

O apparelho de illuminação é catoptrico, ou de reflectidores da 5.ª ordem.

A torre é levemente conica, tem 56 pés de altura da base até ao balcão superior, e dista 14 jardas da praia de norte da ilha. É rodeada pela habitação do pharoleiro, a qual é circular, e tanto uma como outra são construidas de pedra branca; as janellas e a parte mais elevada da lanterna são pintadas de verde, e o balcão superior de vermelho. A habitação ficará encoberta pelos rochedos da ilha para os navios, que se aproximarem por nordeste. A posição da torre é a 43º 28' 37" de lat. N. e 3º 45' 43" de long. O. de Greenwich.

Um cachopo, chamado o Corbera, e um banco coberto por 3 pés de agua, estão nas distancias respectivas de SE. 4 1/2 E. a 112 braças, e O. 4 S. a 140 braças de distancia do pharol.

Os rumos são magneticos. Variação 21º 1/4 O. em 1860.

Repartição hydrographica do almirantado, Londres, 16 de janeiro de 1860.

Está conforme. Repartição do commercio e industria, em 26 de junho de 1860.—João Palha de Faria Lucinda.

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mappa do movimento dos cereaes, e seus preços, em junho de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
		Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Dia 21	Entrada	22	24	41	18	-	-	-	-	1	50
	(nacionais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(estrangeiros)	4	4	18	79	26	-	-	-	1	50
Existencia	(nacionais)	340	35	10	-	-	-	-	-	-	-
	(estrangeiros)	13:323	-	750	26	1:486	20	525	25	347	50
	(nacionais)	70	-	66	51	-	-	3	33	9	5
Dia 22	Entrada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(nacionais)	2	5	27	31	23	57	2	33	3	-
	(estrangeiros)	123	-	1	-	2	-	9	-	2	-
Existencia	(nacionais)	13:265	55	789	23	1:465	51	517	25	347	55
	(estrangeiros)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(nacionais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Preços		590 a 750	-	360 a 400	-	400 a 480	-	-	-	-	-

Repartição de agricultura, em 26 de junho de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

Nota dos preços correntes dos fundos publicos na praça de Londres, em 16 de junho de 1860

Consolidados	em dinheiro	Fechados
Fundos da India	em conta	Idem
FUNDOS ESTRANGEIROS		
Austriacos	de 5 por cento	- a -
Belgas	de 2 1/2 " "	95 " 97
	de 4 1/2 " "	87 1/2 " 88 ex div.—87
Brazileiros	de 1858, de 4 1/2 por cento	- " -
	de 5 por cento	99 " 101
	de 6 " "	102 " 104
Chilenos	de 3 " "	71 " 73
	de 4 1/2 " "	82 " 84 ex div.
Dinamarquezes	de 3 " "	- " -
	de 5 " "	- " -
Allemaes	de 2 1/2 " "	65 " 67
	de 4 " "	100 " 102
Mexicanos	de 3 " "	21 1/2 " 21 3/4
	de 4 1/2 " "	32 " 33
Peruvianos	de 3 " "	69 1/2 " 70 1/2
	de 4 " "	64 " 65
Russos	de 4 1/2 " "	96 " 98—97 1/4—96 1/2
	de 5 " "	107 " 109
Sardos	de 5 " "	82 " 84 ex div.—83
	de 3 " "	48 " 49 1/2
Hespanhoes	differida	38 1/4 " 38 3/4
	passiva	16 1/2 " 17 1/2—17
	certificadas	4 1/2 " 4 3/4
	interna, de 3 por cento	- " -

Turcos.....	de 6 por cento.....	77	78-77 1/2
de 4.....	101 1/2	102 1/2	
de 1855, de 6 por cento.....	60	61-60-60 1/4	
de 1853, de 3.....	44 1/2	45	
Portuguezes.....	de 1856-1857-1859.....	45	
de 1856-1857-1859.....	45		
Emprestimo brasileiro.....	1860-4 1/2-87 1/4 a 87 1/4		

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 26 de junho de 1860.—*João Palha de Faria Lacerda.*

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de obras publicas

Mapa indicando o numero medio de operarios empregados diariamente nas estradas, e outras obras publicas no reino, nas semanas findas em 7, 14, 21 e 28 de abril de 1860

Distritos administrativos	Designação e situação dos trabalhos	Numero de dias uteis de trabalho	Numero medio de operarios por dia
Vianna.....	Estrada de Vianna a Caminha.....	24	24
	Dita do Neiva a Vianna.....	23	23
	Estrada de Villa Nova de Famalicão ao Neiva.....	23	23
	Dita de Villa Nova de Famalicão a Guimarães.....	16	16
	Dita de Villa Nova de Famalicão a Barcellos, dentro da villa de Barcellos (construção).....	20	9
Braga.....	Dita de Braga a Viana do Castelo.....	17	501
	Dita de Braga a Barcellos.....	23	7
	Dita de Braga a Ponte de Lima (estudos).....	20	19
	Direcção geral.....	23	2
	Estrada do Porto a Amarante.....	23	49
	Dita do Porto a Coimbra, desde as Vendas Novas ao alto da Bandeira.....	20	252
	Dita desde o alto da Bandeira a ponte pensil no Douro.....	22	86
	Dita do Porto a Guimarães por Santo Thyrso.....	22	67
	Dita do Porto por Villa de Conde a Povoa de Varzim (estudos).....	23	5
Porto.....	Obras na barra do Douro.....	22	102
	Ditas na nova alfândega do Porto.....	24	487
	Ditas na lingueta da alfândega velha.....	23	106
	Extincto convento dos carmelitas (reparos).....	17	10
	Direcção geral.....	23	3
	Estrada da Regua a Villa Real.....	17	416
	Ponte sobre o rio Cabril, junto a Villa Real.....	22	60
	Estrada do Salgueiral a Regua.....	18	158
	Dita de Amarante a Regua.....	16	16
Villa Real.....	Dita da Regua a Lamego.....	16	16
	Estrada marginal do Douro.....	16	86
	Ponte de Mondim de Basto.....	17	218
	Direcção geral.....	23	2
Bragança.....	Estrada de Bragança a Mirandella.....	23	594
	Colocação da linha telegraphica.....	18	18
	Direcção geral.....	23	2
	Estrada de Aveiro a Vizeu por Albergaria.....	19	297
	Do Sobreiro a Albergaria.....	20	124
	Dita de Ovar ao Porto pela Feira.....	16	238
Aveiro.....	Dita de Aveiro a Barra.....	21	112
	Obras no cêes de Aveiro.....	19	22
	Estrada de Coimbra no Porto.....	19	33
	Altero da ponte do Marnel.....	19	35
	Avenidas da ponte do Vouga.....	17	35
	Caes do Vouga.....	21	1088
	Estrada de Vizeu a serra do Bussaco.....	23	84
Vizeu.....	De Foz-Dão a Venda do Sebo.....	22	81
	Das Casas Novas ao Carregal.....	22	73
	Do Seixal ao Grande a Mangualde.....	24	1
	Direcção geral.....	21	3
Guarda.....	Estrada da Guarda a Fornos d'Algodres.....	22	192
	Dita de Celorico ao rio Alva.....	22	889
	Estrada de Coimbra a Redinha.....	23	17
	Dita de Coimbra a Ponte da Pedra.....	22	19
	Dita de Coimbra a Figueira (estudos).....	22	7
	Dita da Mealhada a serra do Bussaco.....	22	15
Coimbra.....	Dita de Coimbra ao rio Alva.....	17	655
	Ponte do Sarzedo sobre o rio Alva.....	17	52
	Ponte de Villa Cova de Sub-Avô.....	23	1
	Direcção geral.....	23	1
	Trabalhos hydrographicos no porto e barra da Figueira.....	23	16
	Obras no porto e barra da Figueira.....	21	523
	Estrada do Castello Branco a Abrantes.....	18	578
	De Castello Branco a Abrantes.....	23	65
Castello Branco.....	Dita de Castello Branco a Villa Velha.....	23	32
	Dita de Castello Branco a Coimbra.....	21	4
	Paço episcopal em Castello Branco.....	23	2
	Direcção geral.....	23	2
	Monumento da Batalha.....	23	13
	Molimento de Alcanide.....	23	9
Leiria.....	Avenida da Batalha.....	23	18
	Estrada das Caldas a Redinha.....	23	41
	Direcção geral.....	16	86
	Estrada do Santarem a Pernes.....	23	32
	Dita de Pernes, por Torres Novas, a Barquinha.....	23	6
	Dita de Thomar a Barquinha.....	23	3
	Dita de Santarem a Ponte de Alcanide.....	23	3
Santarem.....	Dita da Ponte de Pont'Anna ao Cartaxo.....	23	1
	Canal de Azambuja.....	21	58
	Comoros e arvores do rio Almonda.....	23	1
	Canal de Alparça.....	23	218
	Melhoramento do Tejo.....	23	4
	Estrada de Lisboa a ponto do Carregado.....	20	105
	Dita desde o cêes do Tejo, no Carregado, até as Caldas.....	23	16
	Dita de Alhandra a Torres Vedras.....	23	16
	Dita do Arco do Cego, pelo Lumiar e Loures, a Torres Vedras.....	21	56
	Dita de Lisboa, por Cintra, a Colares.....	23	22
	Dita de Colares ao Penedo.....	19	12
	Dita de Cintra a Mafra.....	21	27
	Dita de Mafra a Ericeira.....	23	16
	Dita da ponte de Careque a Mafra.....	21	13
	Dita de Paço d'Arcos ao Cacem.....	21	19
	Dita de Belem a Queluz.....	21	73
	Dita de Alverca a Buçellas.....	11	11
	Dita de Casellas a Carnaxide.....	9	12
	Dita de circunvalação junto das portas de S. Sebastião.....	23	13
	Cultura do arvoredo da circunvalação da cidade.....	22	197
	Lazareto da Torre Velha.....	22	25
	Reconstrução do cano geral da cadeia do Limoeiro, ao arco de Jesus.....	22	17
	Casa da estação de saúde em Belem.....	6	5
	Dita da guarda do edificio da moeda.....	27	26
	Estabelecimento dos fornos da cal no Rio Seco.....	20	382
	Assentamento das chapas de cotas de nivel relativas à carta de Lisboa.....	23	23
	Edificios publicos.....	23	23
	Serviço geral.....	23	40
	Estrada de Aldeia Galega a fronteira.....	24	218
	Dita de Monte-mór a Évora.....	23	1
	Dita de Évora para as Alcaçovas.....	21	34
Evora.....	Dita de Évora ao Redondo.....	24	102
	Dita de Estremoz a Portalegre.....	23	15
	Dita de Beja a Villa Viçosa.....	23	21
	Ponte de Capellos.....	18	25
	Repartição de fazenda (reparos).....	23	11
	Estrada de Aldeia Galega a fronteira.....	23	16
	Do pontão de Albufeira ao Caia.....	19	390
	De Portalegre a Estremoz.....	16	16
	Dita de Portalegre a Estremoz.....	19	6
Portalegre.....	Dita de Portalegre a Alentejo.....	19	281
	De Portalegre a Alentejo.....	19	21
	Ponte da ribeira de Niza.....	18	27
	Dita da Fonte dos Lavadores a Castello de Vide.....	19	36
	De Elvas a Campo Maior.....	4	14
	Viaducto do Adalecio na avenida da ponte do Caia.....	23	80
	De Ferreira a Olivellas.....	23	15
	Ponte do Porto de Torão.....	23	13
	Dita do Castello Vento.....	9	7
	De Algalé a Porto de Rei.....	21	2
Beja.....	Dita de Beja a Mertola (estudos).....	20	142
	Ponte de Terges e Cobre.....	23	2
	Direcção geral.....	23	11
	Estrada de Faro a Loulé.....	22	252
	Dita de Faro a Tavira.....	5	14
Faro.....	Obras na barra de Tavira.....	23	3
	Direcção geral.....	23	160
Diversos.....	Linhas electro-telegraphicas.....	12709	

Direcção geral das obras publicas e minas, em 16 de junho de 1860.—*Caetano Alberto Maia.*

RECTIFICAÇÃO

No *Diário de Lisboa* n.º 145, de 28 de junho de 1860, no mapa indicando o numero medio de operarios empregados nas estradas no mez de março, districto da Guarda, estrada de Celorico ao rio Alva, onde está—1231—deve ler-se—1281—

SECÇÃO DO CONTECIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

João Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 31 de maio proximo findo, em conformidade do disposto no artigo 86.º do reguamento do tribunal, a copia do decreto de 21 do dito mez do teor seguinte:

estado, pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno, n.º 543 e 546, em que são recorrentes Francisco da Rosa, por seu filho José, da freguezia de Fermentellos, concelho de Oliveira do Bairro, districto de Aveiro; e Lourenço Martins dos Santos, filho de Anna Rita, da freguezia de Arcos, concelho de Anadia, do dito districto: hei por bem denegar provimento nos mesmos recursos; quanto ao primeiro, em vista da regra 1.ª do artigo 13.º da lei de 27 de julho de 1855, e por não aproveitar ao recrutado a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei citada; e quanto ao segundo, por ter sido interposto fóra do prazo legal.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do

reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 21 de maio de 1860.—REI.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antonio de Robredo.*
Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 1 de junho de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.º conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de 12 do corrente mez, na conformidade do disposto no artigo 86.º do reguamento do tribunal, a copia do decreto de 28 de maio proximo findo do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento abaixo relacionados: hei por bem denegar provimento nos mesmos recursos, a fim de que os respectivos manehcos, recrutados do presente anno, fiquem sujeitos ao serviço do exercito.

Recurso n.º 555—recorrente, Maria Rita, viúva de Antonio de Almeida, por seu filho José, da freguezia da Trofa, concelho de Agueda, districto de Aveiro, por não aproveitar ao recrutado a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855, nem a do artigo 2.º da lei de 4 de junho de 1859.

Recurso n.º 559—recorrente, João, solteiro, filho de Francisco Ferreira Cardoso, da freguezia e concelho de Oliveira do Bairro, districto de Aveiro, por não aproveitar ao recrutado a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 563—recorrente, Joaquim José Fernandes, por seu filho Antonio, da freguezia de Nossa Senhora do Populo, concelho das Caldas da Rainha, districto de Leiria, por não aproveitar ao recrutado a disposição da lei de 1855.

Recurso n.º 567—recorrente, José da Cunha, por seu filho Joaquim, da freguezia de Alvorinha, concelho das Caldas da Rainha, districto de Leiria, em vista da mesma disposição da lei.

Recurso n.º 571—recorrente, Theresa de Jesus, por seu filho Bernardo Mathias, d'A dos Francos, concelho de Obidos, districto de Leiria, por não ser applicavel ao recrutado a referida disposição da lei.

Recurso n.º 575—recorrente, Manuel Antonio, viúvo, por seu filho Manuel, da freguezia de Santa Catharina, concelho de Pedrogão Grande, districto de Leiria, em vista da mesma disposição.

Recurso n.º 591—recorrente, Justina Maria, viúva, por seu filho Paulo, da freguezia de Assafregues, concelho e districto de Coimbra, em vista da regra 1.ª do artigo 13.º da referida lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 595—recorrente, Anna Anastacia, viúva, por seu filho Francisco Antonio, da freguezia e concelho de S. João da Pesqueira, districto de Vizeu, por não ser applicavel ao recrutado a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da mesma lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 599—recorrente, Francisco Camello, por seu filho Maximiano, da freguezia de Varzias, concelho de S. João da Pesqueira, districto de Vizeu, em vista da mesma disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei citada.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 28 de maio de 1860.—REI.—*Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.*

Está conforme.—*Antonio de Robredo.*
Para constar, e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 14 de junho de 1860.—*José Gabriel Holbeche*, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, *João Antonio Ferreira de Passos.*

RECTIFICAÇÃO

No *Diário de Lisboa*, n.º 141 de 23 de junho de 1860, pag. 673, col. 5.ª, no decreto sobre recrutamento, na parte relativa ao recurso n.º 482, onde se diz—Francisco José Carenas—deve ler-se—Francisco José Canas—na pag. 674, col. 1.ª, na parte relativa ao recurso n.º 519, onde se diz—Manuel Gaviso—deve ler-se—Manuel Gariso.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de José de Almeida e Cruz, como recbedor que foi do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, desde 9 de setembro de 1852 até 30 de junho de 1859, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que, visto o presente processo de liquidação e ajustamento da conta da responsabilidade de José de Almeida e Cruz, recbedor que foi do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, desde 9 de setembro de 1852 até 30 de junho de 1859; visto o relatório fl. 74; vistas as demonstrações, a que o mesmo se refere, bem como os documentos que as acompanham, e decorrem de fl. 3 a fl. 73; vista a relação fl. 78, e os documentos a ella juntos, os quaes se acham de fl. 83 a fl. 261; e visto o estado da conta a fl. 263; mostra-se ser o debito da mesma importante na quantia de 45:920\$033 réis, e o credito na de 45:920\$040 réis; havendo assim o saldo de 7 réis a favor do responsável, o qual por insignificante se despreza; e por quanto em taes termos a conta se acha perfeitamente saldada e balanceada, e no processo se não preteriu formalidade alguma essencial, como se patenteia dos documentos fl. 76 e 77, bem como do que consta a fl. 264 v. e dos mais termos do processo: julgam a presente conta curial e devidamente liquidada, comprovada e processada, e o responsável José de Almeida e Cruz quite e livre da responsabilidade para com a fazenda, na qualidade de recbedor que fóra do concelho de Aldeia Galega do Ribatejo, desde 9 de setembro de 1852 até 30 de junho de 1859; ficando-lhe lançado em debito para a nova conta do anno economico de 1859 a 1860 o saldo, que por balance para ella passou na importancia de 14:673\$437 réis, sendo 14:560\$696 réis em documentos de cobrança, e 112\$741 réis em dinheiro, como provam os documentos de fl. 71 a fl. 73.

Lisboa, 25 de maio de 1860.—Albergaria, relator—Larcher—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 9 de junho de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Ponta do Sol, no districto do Funchal, no anno economico de 1849 a 1850, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento geral a fl. 23, e o supple-

mentar a fl. 25, ambos approvados pelo conselho de districto, pelos quaes se mostra que a receita propria do anno economico de 1849 a 1850 da camara municipal do concelho de Ponta do Sol no districto do Funchal não chega a 4:000\$000 réis; e visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; não compete ao mesmo tribunal o julgamento da conta de que se trata neste processo.

Lisboa, 25 de maio de 1860.—Lara, relator—Albergaria—Dr. Nogueira Soares—Larcher—Margiochi.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 14 de junho de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de João Hermetto Coelho de Amarante, como recbedor da alfândega de Angra do Heroismo, desde o 1.º de julho de 1850 até 9 de setembro de 1853, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o requerimento de fl. 32, em que João Hermetto Coelho de Amarante pede ser exonera do bem como seus fiadores da fiança que prestara como recbedor da alfândega de Angra do Heroismo; vista a informação de fl. 33 de 30 de abril ultimo, que mostra ter o supplicante servido este logar desde o 1.º de julho de 1850 até 9 de setembro de 1853; visto o accordo de 30 de março de 1855, pelo qual o dito exactor foi declarado quite para com a fazenda publica pela sua gerencia no anno economico de 1850 a 1851; visto o accordo de 29 de setembro de 1855 que o declarou livre e quite de toda a responsabilidade pela gerencia do referido logar concernente ao anno economico de 1851 a 1852; visto o accordo de 21 de janeiro de 1859 em que foi do mesmo modo julgada a sua gerencia desde o 1.º de julho de 1852 até 9 de setembro de 1853; e visto o mais que consta do processo; julgam livres e desembaracados quaesquer valores depositados e extinctos quaesquer fianças que, para segurança e caução da mesma fazenda, o mencionado João Hermetto Coelho de Amarante houvesse prestado como recbedor da sobredita alfândega pela sua gerencia no periodo decorrido desde o 1.º de julho de 1850 até 9 de setembro de 1853.

Lisboa, 25 de maio de 1860.—Margiochi, relator—Lara—Dr. Nogueira Soares—Albergaria—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 9 de junho de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Silves, no anno economico de 1852 a 1853, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: visto o orçamento da receita e despesa da camara municipal do concelho de Silves, pertencente ao anno economico de 1852 a 1853, que se acha a fl. 3, pelo qual se mostra ter sido o rendimento do municipio, proprio do mesmo anno, avaliado em réis 2:449\$330; visto o que dispõe o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859; declaram não competir ao mesmo tribunal o julgamento da conta que serve de base a este processo, a qual mandam seja remetida ao governador civil do districto de Faro, para que lhe dê o competente destino na conformidade da lei.

Tribunal de contas, 29 de maio de 1860.—Lobo, relator—Correia Caldeira—Sampaio.—Fui presente, Blance.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 14 de junho de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Villa Franca de Xira, no anno economico de 1852 a 1853, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento geral de fl. 5, e o orçamento supplementar de fl. 15, juntos a este processo, pelos quaes se mostra que a receita propria da camara municipal do concelho de Villa Franca de Xira, no anno economico de 1852 a 1853, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; e que visto o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto ultimo, e mais termos do processo; não compete ao tribunal o julgamento da conta da dita camara no referido anno economico.

Lisboa, 25 de maio de 1860.—Margiochi, relator—Lara—Albergaria—Dr. Nogueira Soares—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 14 de junho de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Villa Franca de Xira, no anno economico de 1852 a 1853, se preferiu no tribunal de contas o accordo do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento geral de fl. 5, e o orçamento supplementar de fl. 15, juntos a este processo, pelos quaes se mostra que a receita propria da camara municipal do concelho de Villa Franca de Xira, no anno economico de 1852 a 1853, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; e que visto o n.º 2.º do artigo 11.º do decreto com força de lei de 19 de agosto ultimo, e mais termos do processo; não compete ao tribunal o julgamento da conta da dita camara no referido anno economico.

Lisboa, 25 de maio de 1860.—Margiochi, relator—Lara—Albergaria—Dr. Nogueira Soares—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 14 de junho de 1860.—*Caetano Francisco Pereira Garcez.*

EDITAL

A camara municipal de Lisboa faz novamente publico o accordo abaixo transcripto que o ex.º conselho d'este districto proferiu em sessão de 26 de agosto de 1857, sobre o recurso interposto por varios negociantes e artistas estabelecidos nesta cidade, em consequencia da camara ter recusado modificar o disposto no § 2.º do artigo 1.º da postura publicada por edital de 8 de junho do mesmo anno, que prohibe fazer nas ruas quaesquer trabalhos de empacotar ou conservar n'ellas fardos ou volumes.

ACCORDÃO DO EX.º CONSELHO DE DISTRICTO

«Accordam em conselho de districto, etc.: attendendo a que a disposição do § 2.º do artigo 1.º da postura de que se trata não tolhe aos recorrentes a faculdade de carregar e descarregar, e de fazer entrar e sair de suas lojas e armazens quaesquer volumes de fazendas ou generos, com tanto que sejam carregados em acto continuado, e que da mesma forma sejam descarregados

Do sr. Monteiro Castello Branco, sobre o provimento do lugar de juiz de direito da comarca de Tabua, e despacho dos substitutos do mesmo juiz.

Do sr. Alves Martins, sobre o estado da comarca de Cea, e circumstancias do primeiro juiz de direito substituto Antonio Gomes da Costa.

Ao sr. ministro da fazenda:

Do sr. Placido, sobre a escolha do local preferido para a edificacao da alfandega do Porto. E ao sr. ministro das obras publicas, sobre o estado dos trabalhos e estudos da estrada de Coimbra a Ponte da Marcella.

Convida os srs. deputados a irem trabalhar nas comissoes.

Levanta a sessao.—Era hora e meia da tarde.

Relacao dos srs. deputados que, na sessao de 28 de junho, estiveram presentes a chamada feita a uma hora da tarde

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Antonio Eleuterio, Goncalves de Freitas, Henriques Seco, Barreiros Arrobas, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Palmeirim, Xavier da Silva, Bartholomeu dos Martires, Abranches, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, C. J. Nunes, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Teixeira da Motta, Eduardo Cunha, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Diogo de Sa, Gavicho, F. Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Pereira de Carvalho, Hermenegildo Blanco, Joao Jose de Azevedo, Almeida Pessanha, Rebello Cabral, Castro Portugal, Aragao Mascarenhas, Calca e Pina, Neutel, Pinto Magalhães, Encarnacao Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Christiniano da Fonseca, J. M. da Costa e Silva, Frazão, Rojão, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Abaim, Camara Leme, Mendes do Vasconcelos, L. Pinto Tavares, Afonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Monteiro Castello Branco, D. Rodrigo de Menezes, Pinto da Franca, Simão de Almeida, Thiago Horta, visconde de Pindella.

Em virtude da resolucao tomada pela camara dos srs. deputados se publica a seguinte representacao

Senhores deputados da nação portugueza.—Na sessao da camara dos senhores deputados de 4 do corrente, apresentou o sr. ministro d'estado dos negocios da marinha e ultramar, uma proposta de lei que autorisasse o governo a dar por acabado ao conselheiro presidente da relacao de Goa, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, o tempo que ainda devia servir na mencionada relacao, ficando portanto desde logo habilitado a gosar as vantagens, a que concluido esse tempo, teria direito.

Os abaixo assignados juizes de direito de 1.ª instancia, não fazem a menor objecção a proposta de lei, e pelo contrario folgarão muito de a ver aprovada, e de que se dê um testemunho publico de consideração e benevolencia, a um magistrado benemerito e encaucado no serviço do paiz.

Mas o que os abaixo assignados desejam, e o que respectivamente pedem á camara dos senhores deputados, é que não passe uma certa confusão de idéas, uma apreciação menos exacta da lei, que regula o tempo de serviço dos juizes do ultramar.

E essa confusão julgam os supplicantes encontrarem na consideração, que precede a proposta de lei.

Reconhece-se ali que o decreto de 7 de maio de 1858, ordenou que para os juizes da relacao de Goa gosarem das vantagens que lhes concede o decreto de 7 de dezembro de 1836, e poderem entrar em uma das relacoes do reino, se lhes conte só o tempo de serviço effectivo, não lhes sendo attendido qualquer outro espaço de tempo seguido, ou interpollado, que os mesmos juizes passem fóra do ultramar.

E a justiça assim o pediam... Aquellas vantagens, que elle accessos ás relacoes do reino não são concedidas aos juizes da relacao de Goa, só por serem pizes da mesma; são-lhes concedidas como compensação dos incommodos de um serviço feito longe e patria, e sob aegão de um clima estranho, e talz desfavoravel; estende-las a quem, interrompido o serviço, são d'aquelle local e se põe a salvo e todos esses incommodos, seria um desmesurado favor; seria mesmo uma grave injustiça feita aos delegas, que lá ficaram.

Embora esse favor se faça uma vez e por medição excepcional; mas não se entenda que elle está n'lei, porque o não está nem nas suas palavras ni no seu espirito.

A lei cria para o ultramar, e cria juizes que lá servem; convida-os, e excita-os com essas vantagens; mas desde que d'ellas gosarem tanto os que servem, cmo os que não servem, o fim da lei está frustrado.

Pouco importa que o juiz tenha vindo encarregado da nobre missão de deputado; servir como deputado em Lisboa não é servir como juiz na India; toos os serviços tem suas vantagens; não se dêem a n as que pertencem a outros.

E supplicantes desejam, e se lhes é permitido atedem, que se dispense ao juiz de que se trata o tempo que lhe falta, mas reconhecendo, que veiu para Lisboa em 1855, que foi eleito deputado em 1856, que não voltou á India, eram e pedem, que se não diga, que elle fal, só mezes para concluir o seu tempo de servi, quando effectivamente lhe faltam annos.

Os supplicantes esperam, e pedem, que se não consigne a idéa, de que o tempo passado fóra do ultramar, qualquer que seja o motivo da ausencia, se deve contar como tempo de effectivo serviço para os respectivos juizes poderem entrar nas relacoes do reino; essa idéa, que não está na lei consignada, e estabelecida agora, poderia prejudicar gravemente os supplicantes em seus direitos e antiguidade: quando algum d'elles, se julgasse proximo a entrar em uma das relacoes, podia apparecer um juiz da relacao de Goa, com tres annos de serviço lá, e seis passados no gozo das commodidades do reino e tomar-lhe o passo, e frustra-lo na realisacao de um direito ganho á custa de muito tempo e fadigas.

Senhores! não queiramos a deliberação que tomarades contradizendo o principio estabelecido no § 1.º do artigo 5.º da carta de lei de 23 de novembro de 1859, que dispõe, que os juizes do ultramar, que acceitarem o ser deputados, deixam vagos os seus empregos.

Portanto, os abaixo assignados pedem á camara dos senhores deputados que dispensando ao conselheiro presidente da relacao de Goa, Joaquim Antonio de Moraes Carneiro, o tempo legal que lhe falta para acabar o seu serviço, se acceite o mesmo desde que elle saia de Goa, e fique bem explicito, que o exercicio dos juizes no ultramar, só se tenha como effectivo o que ali for praticado, e não em qualquer outra parte. E. R. M.º

Lisboa, 19 de junho de 1860.—Antonio Enygdio Giraldes Quelhas; Antonio Maria Branco, juiz de direito da 2.ª vara de Lisboa; Joao Carlos Nogueira, juiz de direito da 4.ª vara de Lisboa; Luiz Martins Villaga, juiz de direito do 2.º districto criminal de Lisboa; Camillo José de Gouveia, juiz de direito da 3.ª vara de Lisboa; José Caldeira Pinto de Albuquerque, juiz na 5.ª vara da comarca de Lisboa; José de Sando Magalhães Mexia Salema, juiz de direito do 3.º districto criminal; D. Joao de Portugal da Silveira, juiz de direito da 1.ª vara; Antonio de Vasconcellos Pereira Coutinho Macedo, juiz de direito do 1.º districto criminal.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Abrantes.—D'esta villa escrevem ao *Transtagano*, dizendo-lhe: as obras de reedificação do castello vão progredindo com acceitação geral, graças ao zelo e soliciude do barão da Batalha. A torre da Menagem está quasi concluida, e já ali se collocou uma lapide, em que se commemora a visita que aquella praça fez a rainha D. Maria II, de saudosa memoria, em 1843.

Estão agora assentando as grades de ferro, em torno do terraço superior, d'onde se descobre um vasto horizonte, distinguindo-se perfeitamente a serra de Portalegre.

O mesmo barão da Batalha conseguiu do governador civil de Santarem, que mandasse camas, iguaes ás dos soldados, para os presos civis que estão nas cadeias do castello, e bem assim que lhes fizesse distribuir pão e um rancho diario.

Porto.—Acerca do caminho de ferro do norte dá o *Commercio do Porto* as seguintes noticias:

«O engenheiro Eusebio Page, sub-director da empreza constructora dos caminhos de ferro portuguezes, annunciou que a dita empreza dá por empreitada a construção das obras de arte, nos lanços 1.º, 2.º, 3.º e 4.º da 5.ª secção da linha desde as immedições de Angeja até ao Porto.

«Já se acham contrahidos os movimentos de terra nos mencionados lanços.

«As condições e modelos estão patentes em Ovar, no escriptorio do chefe da secção, D. Thomás Campomanes, a quem devem ser dirigidas as propostas.

«No mesmo jornal encontram-se ainda as noticias que passamos a transcrever sobre as obras da nova alfandega:

«A despeza feita com as obras para a edificação da nova alfandega, e outras accessorias, na semana finda em 23 do corrente, foi de 2:790\$620 réis.

«Em 21 do corrente chegaram a Lisboa duas machinas, que tinham sido encomendadas para Paris, e pelas quaes se espera para montar a officina a vapor, que se destina á fabricação de argamassa e beton.»

«Segundo dizem as folhas portuguezas acabava de se satisfazer ao pedido do corpo do commercio d'aquella praça, mandando-se estabelecer correio diario entre a mesma cidade do Porto, e a Barca d'Alva.

«No *Jornal do Porto* de 25 lê-se a seguinte lamentavel noticia:

«Hontem, das quatro para as cinco horas da tarde, morreram afogados dois homens no rio Douro, no sitio da Corticeira: um d'elles era caixeiro do sr. Firmino, da praça da Ribeira, e o outro um barbeiro, seu visinho. Parece que, estando o caixeiro a ponto de afogar-se, lhe acudira o seu amigo barbeiro, que, sem lhe poder valer, o seguiu ao fundo do abysmo, victima da sua generosa dedicação.

«Estes desastres dão-se frequentes vezes todos os annos, na estação calmosa, não só n'aquelle sitio como em outros, reputados de muito perigosos, das duas margens do rio. Bom seria pois que as autoridades tomassem alguma medida que afastasse os banhistas para outras partes do rio, onde o perigo não seja tão imminente.»

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid, que alcançam até 26 do corrente, e de Paris até 24.

Nas mesmas folhas encontram-se os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*: Paris, 26 de junho.—O *Moniteur* publica hoje um decreto imperial prorogando até 14 de julho as sessões dos corpos legislativos.

Napoles, 22.—O conselho real mostra-se favoravel ás resoluções de promulgar uma constituição, dar uma amnistia, celebrar alliança com o Piemonte, e adoptar a bandeira italiana.

Londres, 25.—O barão Gros e lord Elgin naufragaram em Ponta Gales. Tanto os embaixadores como os outros passageiros se salvaram; porém as credenciaes, equipagens e dinheiro, tudo se perdeu.

Zurich, 24.—Uma nova nota diplomatica do governo suizo dá noticia ás potencias da occupação militar dos districtos neutralizados da Saboya, verificada por forças francezas. O governo suizo, insistindo na sua maneira de considerar a questão, mantém o seu protesto, e pede ás potencias que apressem a convocação de uma conferencia.

Genova, 24.—Dizem de Napoles que se fortifica o castello de S. Temo, e que o governo, resolvido a resistir a todo o trance, designou chefes energicos para o commando das divisões que devem operar.

Confirma-se a noticia de que o ministro dos Estados Unidos pede reparação pelo insulto feito ao pavilhão anglo-americano.

Londres, 24.—Lord John Russell disse nas camaras que lamentava que o governo francez não tivesse mostrado disposições de adoptar um accordo equivalente aos compromissos do tratado de 1815; acrescentando, que o gabinete inglez não tinha podido ainda examinar a nota de mr. Thouvenel relativa á posse da Saboya, nem determinar que conducta deve seguir para manter a neutralidade da Suissa.

Garibaldi tem tres generaes de divisão e seis de brigada. De entre estes, cinco foram escolhidos em o numero dos seus coroneis, e quatro dos napolitanos que se passaram para as suas tropas.

Marselha, 24.—O governo pontificio enviou tropas para Fermo e Arcoli, como medida de precaução.

A organização da Sicilia progredia, e já fazia serviço a guarda nacional. Os republicanos adherem a Garibaldi. Um decreto d'este restabelece as alfandegas.

Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*: Paris, 25 de junho.—Falleceu o principe Jeronimo.

Turim, 25.—O principe de Torressa foi nomeado presidente do conselho da Sicilia, e dictador substituto.

Um despacho de Napoles diz que o rei está gravemente doente; e que se attribue ao governo a resolução de entregar os navios apresados, bem como os passageiros.

Londres, 25.—As noticias de Cantão alcançam até ao dia 6 de maio. Os chinezes não responderam ao ultimatum de França e da Inglaterra, e faziam grandes preparativos de resistencia.

Viena, 23.—O principe Petrucci, embaixador napolitano n'esta cidade, foi chamado pelo seu soberano. Este diplomata vai partir para Napoles a fim de apoiar com os seus conselhos as reformas libeas, porém sem querer acceitar pancia alguma.

Londres, 23.—Confirma-se a noticia do assassinato do imperador do Japão. Os assassinos soffreram á pena de morte; porém receiava-se que rebentasse uma revolta.

Os individuos capturados a bordo dos navios sardos foram condemnados a presidio. Os navios vão ser restituídos.

Sir Robert Peel fez uma interpellação relativa á questão de Niza e Saboya, protestando contra o procedimento adoptado pelo imperador dos francezes, na parte relativa aos terrenos neutralizados.

Vonsta por noticias de New York, que o governo chinez accedeu ás exigencias da França e

Inglaterra, prometendo pagar a indemnisação reclamada, e abrindo a ambas as nações os portos e os rios do imperio.

A rainha passou hoje revista aos 30:000 voluntarios naciaes, que chegaram de diferentes pontos da Gran-Bretanha.

Paris, 23.—Confirma-se a noticia de que o rei de Napoles está doente em Portici.

Prevost Paradol, o autor do folheto que tem por titulo «Os Antigos Partidos» foi condemnado a um mez de prisão e 3:000 francos de multa.

NAPOLES

As noticias de Napoles, recebidas pelo ultimo correo, alcançam até ao dia 16 do corrente. Na vespera tinham partido para a Calabria quatro batalhões de caçadores a pé, e outras tantas companhias de atiradores da guarda. Alem d'estas forças, estavam fazendo os seus preparativos de partida imponentes reforços de cavallaria e artilheria. O rei passou revista em Caserta a alguns regimentos chegados de Palermo, felicitando-os pelo seu valor. Parece que em consequencia das queixas feitas por estas tropas a sua magestade, pela maneira porque haviam sido commandadas pelos seus chefes, estes foram immediatamente substituídos por outros.

(La *Correspondencia de Espana*.)

—O general Nunziati, a quem o rei de Napoles confiou o commando militar da Calabria, é filho do general que surprehendeu e mandou executar Marat, em 1815. (*El Pensamiento Espanol*.)

SICILIA

Consta dos ultimos despachos de Palermo que os ministros do novo governo continuam a organizar os diferentes ramos da administração. Um projecto que actualmente se está elaborando começará dentro em pouco a ser posto em execução. É relativo á criação do serviço marítimo. Companhias de marinheiros vão ser formadas e addidas aos diferentes portos que estão em poder dos vencedores.

«Estas companhias, diz a *Patrie*, serão collocadas sob o commando de um official, que assumirá o titulo de director do porto, e cujas funções consistirão principalmente em dirigir os embarques e os desembarques. Estas operações são de grande importancia, ellas exigem muito cuidado e são muito difficeis, mesmo para as potencias que fazem guerras regulares, porém são ainda mais difficeis para tropas collocadas em circumstancias excepcionaes, como aquellas em que se acham os voluntarios de Garibaldi, que embarcam de uma maneira clandestina, e em navios que são vigiados pelos cruzeiros napolitanos, cada vez mais numerosos. A criação que o dictador acaba de fazer é, pois, excellent, e prova que elle possui conhecimentos profundos das cousas maritimas.»

(La *Patrie*.)

—Segundo as noticias mais adiantadas de Messina, diz o *Constitutionnel*, que a auctoridade real só ali existe em nome. Continua a emigração em massa. Os empregados e os juizes não são os ultimos que fogem. O commandante militar pretende habitar a população á idéa de sustentar um cerco. Fallava-se da instituição de uma guarda nacional, porém não se chegou a um accordo, e o projecto foi de todo abandonado.

Correspondencias particulares de Napoles, recebidas em Paris pelo ultimo correo, descrevem com as cores mais sombrias o estado actual d'esta capital.

Nota-se a maior agitação na população, e a expectativa de acontecimentos, que se consideram proximios, lança um verdadeiro panico em todos os espiritos. De toda a parte se invoca a protecção da marinha franceza, porque todos pensam exclusivamente na sua segurança propria.

—A municipalidade de Partenico havia decretado a erecção de uma estatua a Garibaldi: eis a resposta que elle deu ao corpo municipal:

«Senhores.—Li a deliberação do vosso conselho civico, que me entregastes por copia da acta de 2 de junho corrente, e vi que o municipio de Partenico queria honrar-me com um monumento.

«Agradeço tanta deferencia, cumpre-me ao mesmo tempo recordar que vim á Sicilia para fazer a guerra. Toda a despeza que se fez, que não tinha esta applicação, não me satisfaz. Deixae pois de pensar em estatuas, e empregae o dinheiro em compra de armas e munições.

«Concorrei todos para a sustentação da unidade italiana, a favor da qual se combate, e tereis assim contribuído com a vossa pedra para a erecção do primeiro entre todos os monumentos.

«Palermo, 4 de junho de 1860.—O dictador, Garibaldi.»

INGLATERRA

Em sessão de 10 do corrente, lord Granville declarou na camara dos lords que o ministro da Inglaterra em Napoles, não tinha por forma alguma apoiado a reclamação do ministro sardo, relativamente aos navios capturados.

No mesmo dia 10 um deputado irlandez, sir O'Donogh, apresentou na camara dos commons uma petição para o restabelecimento de um parlamento separado para a Irlanda, ou por outra, o restabelecimento da *União*, principio este que é igualmente sustentado pelo autor de uma brochura que foi ultimamente publicada com o titulo de *Questão irlandeza*. Parece todavia que a apresentação do documento a que alludimos não produziu grande sensação na camara dos commons.

«Na actualidade a questão importante dos inglezes, diz a *Presse*, é a revista dos voluntarios que deve ter lugar no dia 12 do corrente, e que parece dever ser uma especie de solemnidade nacional.»

(La *Presse*.)

EGYPTO

Lê-se o seguinte n'uma correspondência de Alexandria, datada de 12 do corrente:

«O paquete russo, que chegou hontem de Beyruth, trouxe noticias gravissimas do Libano. Começou de novo a luta entre os maronitas e os drusos, em Bel-Mari, em Hamana e em muitas outras aldeias mixtas. Chamam-se aldeias mixtas no Libano, aquellas cuja população é metade maronita, e metade drusa. Bel-Mari dista de Beyruth duas horas de caminho; é uma aldeia que no verão é muito frequentada pelos europeus.

«Como foram incendiadas algumas casas dos drusos, estes tornaram os christãos responsaveis por esse attentado, e usaram de represalias. Um bando de drusos percorreu a montanha, incendiando as aldeias e levando a toda a parte a desolação e o susto. Nos dias 29, 30 e 31 de maio findo, avistavam-se de Beyruth as chammam que reduzião a cinzas muitas aldeias.

«Os estabelecimentos fabris europeus, em numero de sete ou oito, foram respeitadas. Presume-se que os drusos que, nas suas pendencias com os maronitas e as autoridades turcas, foram sempre auxiliados pelo consul inglez, seriam avisados de que esta protecção cessará se elles causarem prejuizos aos estabelecimentos europeus. No dia 30 reinava o maior terror em Beyruth: receiava-se que os drusos fossem atacar a cidade.

«Foram transportados muitos feridos para o hospital. Até hoje as autoridades turcas só têm adoptado medidas insignificantes. E para sentir que a protecção do governo do vice-rei do Egipto não se estenda até estes paizes: ella seria efficaz e respeitada, em quanto que a do governo turco é pouco energica.

«Partiu-se o fio do telegrapho electrico entre Aden

e Bombaim; por consequente, as noticias das Indias soffrerão demora.»

(*Correspondence Havas*.)

DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Relatorio que precede o projecto de lei autorisando o governo do Piemonte a dar execução ao tratado concluido entre esta potencia e a França, para a reunião e este imperio da Saboya e Niza, apresentado pelo presidente do conselho de ministros á camara dos deputados da Sardenha.

Senhores.—Tenho a honra de apresentar á camara o projecto de lei que auctoris a o governo do rei a dar execução ao tratado concluido em Turim, a 24 de março de 1860, para a reunião da Saboya e do districto de Niza á França.

Os successos notaveis, que acabam de ter lugar, explicam este acto politico de tão alta importancia.

Em poucos mezes, graças ao generoso auxilio que nos foi dado pelo imperador dos francezes, um reino de onze milhões de italianos, capazes de defender d'aqui em diante a sua independencia, substituiu este estado subalpino, que por haver tomado sobre si a defeza da causa da Italia, via as suas provincias invadidas pelas tropas austriacas.

Este magnifico resultado não podia deixar de influir muito sobre a politica exterior do governo do rei.

A França, que tão grande parte teve nos combates da ultima guerra, expoz ao governo do rei que não era conveniente que o reino da Sardenha, augmentado a um tal ponto em quanto a territorio e a subditos, conservasse a linha de fronteiras que a Europa tinha marcado entre os dois paizes nos tratados de 1815. O governo francez pediu em consequencia a cessão, a titulo de rectificação de fronteiras, das nossas provincias collocadas alem dos Alpes.

Por mais doloroso que fosse o sacrificio que se reclamava de nós, o rei e os seus ministros entenderam que não podiam repellar esta petição.

Convencidos, até por experiencias recentes, que a ingratição é o peor dos systemas politicos, não quizemos que a França se arrepiesse do auxilio que nos deu, e que se julgasse menos tranquilla, e menos segura, tendo por visinha, em vez da Italia fraca e dividida, a Italia dos italianos.

Contudo, annunciando a separação de duas provincias que, com quanto separadas do resto do estado por altas cordilheiras, tinham dado á nossa augusta dynastia tantas provas de fidelidade e de afeição, o governo do rei deu a sua approvação com algumas condições da mais alta importancia.

Estabeleceu primeiramente como principio que a França se obrigaria a manter, em quanto ás provincias neutralizadas da Saboya, todas as estipulações especiaes em vigor sobre este ponto entre a Sardenha e a confederação helvetica.

Pediui, alem d'isso, que as populações da Saboya e do districto de Niza fossem consultadas a respeito da sua reunião á França, por meio de um voto igual áquella pelo qual os habitantes da Italia central manifestaram a vontade de formar com os antigos subditos do rei Victor Manuel um só e mesmo povo.

Depois concordou-se expressamente em que uma commissão mixta determinaria as novas fronteiras entre os dois paizes, tendo em conta as necessidades reciprocas da defeza e da configuração das montanhas. Esta commissão, que deverá apresentar-se n'aquelles logares, ainda não concluiu os trabalhos que lhe foram confiados. Contudo o relator tem a satisfação de communicar á camara, que, segundo o que já está tratado com o governo francez, o nosso estado continuará de posse da corrente superior da Roia, da Tinea e da Vestua, assim como dos terrenos do grande e do pequeno Cenis, que fazem actualmente parte da provincia da Maurienne.

Outras commissões mixtas foram encarregadas de resolver as questões relativas á porção de divida publica, pertencente ás provincias cedidas, ao tunel do monte Cenis, e aos caminhos de ferro.

Com quanto a solução d'estas questões não se possa conseguir n'um curto espaço de tempo, e ainda que exige estudos e trabalhos tão activos como minuciosos, todavia não apresenta difficuldades que possam deixar um campo aberto á controversia. O governo do rei julga, pois, que por em quanto será sufficiente ter estabelecido que estas questões serão resolvidas de commun accordo entre os dois governos, e da maneira a mais conforme ás maximas geraes do direito publico, e ás conveniencias reciprocas.

Garantiu-se igualmente aos funcionarios que se tornassem subditos francezes a conservação de seus titulos, graduacões e pensões, e reservou-se a cada um dos habitantes das provincias reunidas á França a faculdade de conservar a qualidade de subdito sardo. A necessidade urgente de acabar com um estado de incerteza que não deixava de ser perigoso para a ordem publica, tornou indispensavel proceder ás votações da Saboya e do districto de Niza, antes que o tratado podesse ser submettido ao parlamento, cuja approvação todavia ficou reservada. Mas por isso mesmo que se tinha adoptado a forma tão ampla de voto, recentemente empregada na Emilia e na Toscana, não pareceu inopportuno que o voto do parlamento fosse precedido d'esta inquirição solemne, acerca da vontade das populações. Ao parlamento pertence agora approvar ou rejeitar esta importante transacção. Submettendo um tão grave assumpto á vossa deliberação, o relator limita-se a observar que se toda a cessão de territorio é sempre dolorosa, muito menos o é quando não é o resultado de derrotas humilhantes, mas sim a consequencia de uma guerra gloriosa; quando não é uma concessão feita a um inimigo victorioso, mas sim um testemunho solemne do reconhecimento de um povo ressuscitado para com o seu generoso aliado.

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERIO DO BRASIL NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Milímetros	Grãos C.	Por 100	Ramos
9 m.	756,49	20,9	59,6	NNO.
3 t.	755,76	24,2	44,3	NNO.

DIA 27.

Maxima — temperatura.....	25,3 C.
Minima — — — — —	15,7 »
Ozone (de noite).....	4,5
Chuva (de dia).....	4,5
Evaporação (vaporimetro).....	10,1 »
Altura barometrica correcta.	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 28 de junho

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Restauração, cahique do arsenal, mestre J. A. Lopes, de S. Martinho em 12 horas, com madeira

e alcatrão; 7 praças de guarnição. Entrou hontem ás 8 horas e meia da noite.

Minho, paquete inglez a vapor, capitão T. Barron, de Liverpool em 6 dias e meio, com varios generos, a G. A. Hancock & C.; 18 pessoas de tripulação, 1 mala, e 3 passageiros. Entrou hontem á 9 horas e meia da noite.

Christina, hiate portuguez, mestre A. da Cruz, da Figueira em 20 horas, com madeira e encomendas; 7 pessoas de tripulação, e 8 passageiros, que são: Thomás Pereira Ribas com 2 pessoas de familia; Francisco Severiano Dias, artistas; Manuel Antonio Pinto, marítimo; Maria da Encarnação, Joanna Paula, Maria Faustina; portuguezes.

Senhora da Boa Esperança, cahique portuguez, mestre M. Viegas, de Olhão em 5 dias, com peixe salgado; 14 pessoas de tripulação, e 2 passageiros, que são: Joaquim Antonio, marítimo; Maria José; portuguezes.

Lisboa, paquete portuguez a vapor, capitão F. A. Contente, do Porto em 16 horas, com fazendas, a C. A. Hancock & C.; 25 pessoas de tripulação, 1 mala e 124 passageiros.

Feliz Lembrança, hiate portuguez, mestre A. F. de Sousa, do Porto em 24 horas, com madeira e mais generos; 7 pessoas de tripulação.

Flor de Santos, bateira, mestre J. M. de Gouveia, de Setubal em 2 dias, com carvão; 6 pessoas de tripulação, e 3 passageiros, que são: Maria da Piedade com 3 menores; portuguezes.

Navarre, paquete francez a vapor, capitão F. V. del, de Bordeaux em 3 dias, com varios generos, a H. Dubucq; 107 pessoas de tripulação, 1 mala, e 59 passageiros. É da força de 500 cavallos.

Busy Bee, escuna ingleza, capitão G. D. Guniper, de Londres em 20 dias, e de Newiven em 13, com arroz e mais generos, a H. Ivens; 7 pessoas de tripulação.

Saudade, brigue portuguez, capitão F. Pereira, de Santos em 47 dias, em lastro, a J. T. da Costa; 9 pessoas de tripulação.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Industrie, brigue lubezque, capitão C. A. Tarte, para Cronstadt, com azeite e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: C. Grivan, negociante lubezque.

Zeeland, fragata hollandeza a vapor.

Evertsen, fragata hollandeza a vapor.

Admiral van Wassenaan, fragata hollandeza a vapor.

Paquete do Minho, brigue portuguez, capitão J. F. de Andrade, para o Rio Grande do Sul, com vinho, sal e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

Julio, brigue portuguez, capitão D. V. dos Santos, para a Bahia, com vinho e mais generos; 10 pessoas de tripulação.

Oliveira, hiate portuguez, mestre J. Marques, para Setubal, com cereaes e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 28 de junho de 1860.—J. C. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 28 DE JUNHO DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 27

Não entrou embarcação alguma.

Saídas.—Vapor *Lisboa*, e hiate *Feliz Lembrança*, ambos para Lisboa; portuguezes.

Fôra da barra fica um hiate portuguez.

O mar está bom.—O vento esteve E. NO., agora N. regulares.

De Vianna, do dia 27

Saíram para Lisboa o hiate S. Vicente 2.º, com milho.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma nos dias 23, 24 e 25.

